

PUBLICIDADE LEGAL



PÁGINA CERTIFICADA

O jornal A NOTÍCIA
Confirma a autenticidade deste documento
quando visualizado diretamente no portal
<https://www.nsctotal.com.br/publicidadelegal>

EDIÇÃO DIGITAL | ANO 02 | Nº 1112



PUBLIQUE AQUI
(47) 3431-8800
comercial@nsc.com.br

*ESTE CADERNO INTEGROU O JORNAL IMPRESSO "A NOTÍCIA" ATÉ A EDIÇÃO Nº 28.307, ANO 96 DO DIA 25/10/2019.



SOCIEDADE DE CAPITAL FECHADO CNPJ 07.655.523/0001-15 | - JOINVILLE-SC

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em Reais)									
ATIVO	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021
CIRCULANTE	17.893	19.323	500.211.808	754.219.778	CIRCULANTE	477	477	360.456.673	441.060.469
NÃO CIRCULANTE	353.252.435	349.088.133	663.176.933	484.529.981	NÃO CIRCULANTE	-	-	449.662.182	448.582.095
Realizável a Longo Prazo	-	-	141.638.553	12.227.079	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	353.269.851	349.106.979	353.269.886	349.107.195
Investimentos	353.252.435	349.088.133	3.073.177	3.660.713	Atribuído aos acionistas da controladora	353.269.851	349.106.979	353.269.851	349.106.979
Imobilizado	-	-	516.460.321	466.223.944	Atribuído aos acionistas minoritários	-	-	35	216
Intangível	-	-	2.004.882	2.418.245	TOTAL DO PASSIVO	353.270.328	349.107.456	1.163.388.741	1.238.749.759
TOTAL DO ATIVO	353.270.328	349.107.456	1.163.388.741	1.238.749.759					

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em Reais)					DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em Reais)				
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021
Receita Operacional Líquida	-	-	1.506.992.195	1.517.013.265	Lucro Líquido do Exercício	39.354.770	72.792.590	39.354.589	72.792.790
(-) Custos dos Produtos Vendidos	-	-	(1.057.364.012)	(1.073.717.916)	Ajustes relativos ao resultado	(53.998.715)	(84.757.025)	100.585.944	58.481.163
Lucro Bruto	(14.642.515)	(11.964.686)	449.628.183	443.295.349	Lucro Líquido Ajustado do Exercício	(14.643.945)	(11.964.435)	139.940.533	131.273.953
Despesas Operacionais	53.998.715	84.757.025	(332.786.931)	(317.000.021)	Variações nos Ativos e Passivos	663	(517.087)	0	(86.233.730)
Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(14.643.282)	(12.481.521)	139.940.533	45.040.223
Lucro Antes do Resultado Financeiro	39.356.200	72.792.339	116.841.252	126.295.328	Caixa Líquido das Atividades Investimento	49.834.413	31.436.938	0	(136.774.790)
Resultado Financeiro	(1.430)	251	(74.511.876)	(37.897.639)	Caixa Líquido das Atividades Financiamento	(35.191.898)	(19.472.252)	0	71.756.918
Lucro Antes dos Tributos	39.354.770	72.792.590	42.329.376	88.397.689	Aumento (diminuição) de Caixa e Equivalentes	(767)	(516.835)	139.940.533	(19.977.650)
IR e CS Correntes e Diferidos	-	-	(2.974.787)	(15.604.897)	Caixa e Equivalentes no Início do Exercício	1.280	518.115	89.990.279	109.967.928
Lucro Líquido do Exercício	39.354.770	72.792.590	39.354.589	72.792.790	Caixa e Equivalentes no Final do Exercício	513	1.280	57.419.517	89.990.279
Participação dos Minoritários	-	-	(181)	200					
Participação da Controladora	39.354.770	72.792.590	39.354.770	72.792.590					

MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em Reais)

	Reserva de Lucros			Lucros Acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Patrimônio Líquido Total	Participação dos Não Controladores no Patrimônio Líquido da Controladora	Patrimônio Líquido Total
	Capital Social	Reserva de Subvenção	Reserva de Retenção					
Em 31 de Dezembro de 2020	1.500.000	17.041.702	261.449.571	-	15.795.367	295.786.640	16	295.786.656
Em 31 de Dezembro de 2021	1.500.000	18.970.472	313.385.471	-	15.251.036	349.106.978	216	349.107.194
Em 31 de Dezembro de 2022	1.500.000	21.945.126	315.070.605	-	14.754.120	353.269.851	35	353.269.886

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 1) Resumo das Principais Políticas Contábeis: 1.1 Bases de Consolidação: Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, dos quais destacamos os seguintes: a) Inclusão destas demonstrações contábeis consolidadas das sociedades controladas nas quais a controladora é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores; b) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação; c) Eliminação das parcelas dos resultados do exercício, dos lucros ou prejuízos acumulados e do custo de estoques, de negócios entre as sociedades; d) Eliminação dos investimentos relevantes na proporção de seus respectivos patrimônios; e) Destaque da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no lucro do exercício respectivamente, no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício; e, f) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações contábeis consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes. 1.2 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes: No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vinculadas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes. 1.3 Compensação entre contas: Como regra geral, nas demonstrações contábeis, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação. 1.4 Transações em Moeda Estrangeira: Os itens nestas demonstrações contábeis são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Empresa atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda. Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional da seguinte forma: os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas de câmbio da data da transação. 1.5 Instrumentos Financeiros: A Empresa classifica os seguintes instrumentos financeiros como instrumentos financeiros básicos: a) Caixa e equivalentes de caixa, e, b) Instrumentos de dívida. Os instrumentos de dívida incluem as contas a receber e a pagar e os empréstimos a pagar. 1.6 Caixa e Equivalentes de Caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem nu-

merário em poder da Empresa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos da data da transação. 1.7 Contas a Receber de Clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Empresa e suas controladas. 1.8 Estoques: Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor recuperável. O custo da matéria prima é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor recuperável é o preço de venda estimado diminuído dos custos para completar a produção e das despesas de vendas. 1.9 Investimentos: Os investimentos permanentes em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. 1.10 Imobilizado: Todos os itens do imobilizado são apresentados pelo custo menos depreciação acumulada. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e em condição necessária para que seja capaz de funcionar da maneira pretendida pela administração. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. 1.11 Intangível: Os softwares são reconhecidos pelo custo, que compreende seu preço de compra mais qualquer custo diretamente atribuível à elaboração do ativo para a finalidade pretendida. Todos os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos dos softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil, que foi estimada entre cinco a quinze anos, pelo método linear. 1.12 Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros: Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de perdas por redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. 1.13 Contas a Pagar a Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado

com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente, quando o efeito for relevante. 1.14 Empréstimos e Financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo custo da operação, ou seja, o valor presente a pagar à instituição financeira e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor dos pagamentos é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. 1.15 Provisões: As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação na data das demonstrações contábeis como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado de maneira confiável. 1.16 Tributos sobre o Lucro: Os tributos sobre o lucro do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos. O tributo é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o tributo também é reconhecido no patrimônio. 1.17 Arrendamentos: A mensuração das operações de arrendamentos corresponde ao total dos pagamentos futuros de alugueis fixos, conforme período previsto no contrato firmado entre o arrendador e a Empresa. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa real de desconto. 1.18 Subvenções Governamentais: As subvenções governamentais, por tratar-se de concessão de empréstimo com juros abaixo do mercado, são contabilizadas e divulgadas os efeitos da assistência governamental da qual a Empresa tenha se beneficiado. 1.19 Apuração do Resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas. 1.20 Reconhecimento da Receita de Vendas: A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

Nota 2) Receita de Vendas:	Consolidado	
	2022	2021
Mercado Interno	1.923.551.322	1.925.409.310
Mercado Externo	14.357.766	28.534.477
Receita Operacional Bruta	1.937.909.088	1.953.943.787
(-) Impostos s/Venda e Devoluções	(430.916.892)	(436.950.522)
Receita de Vendas	1.506.992.196	1.517.013.265

Starke Securitizadora S.A.

CNPJ/MF 10.866.070/0001-80 - NIRE 423.000.340-11

Ata da Assembleia Geral de Acionistas

Data, Hora e Local: 09/05/2023, 14h, na sede social da companhia, dispensada a convocação, Parágrafo 4º, artigo 124, Lei nº 6.404/1976, com a presença confirmada de todos os acionistas. Presença: reuniram-se os acionistas da sociedade, representando a totalidade do capital social da Starke Securitizadora S.A., Antídio Aleixo Lunelli e Anna Paula Silva Pedro. Deliberações: (...) I - Após análises e discussões e em conformidade com as deliberações tomadas na 2ª (segunda) Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 09/05/2023, foi aprovada por unanimidade dos acionistas a no Instrumento Particular da 2ª (Segunda) Emissão Privada de Debêntures Simples, a 7ª Série passará a ter base de remuneração de 2,00% (dois por cento), expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias, a partir de 1º de maio de 2023, conforme Aditamento da Escritura da 2ª Emissão Privada de Debêntures Simples, arquivada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, anexo a Ata da AGA. Esta ata é Extrato da Ata da AGA, servindo para fins legais de publicidade dos atos societários deliberados. Na qualidade de Presidente e Secretário da Assembleia, declaramos que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no livro próprio, Jaraguá do Sul, 09 de maio de 2023. (a.a.). Gilson Cesar Pedro - Presidente, Anna Paula Silva Pedro - Secretária e Acionista. JUCESS nº 20239864603 em 22/05/2023. Luciano Leite Kowalski - Secretário Geral.

ERRATA

A KRONA PARTICIPAÇÕES, sociedade de capital fechado, inscrita sob o cnpj 07.655.523/0001-15, informa que, erroneamente, foi publicado no dia 29 de abril, deste ano, nesta revista, que o sr. **Fernando Pedro de Oliveira** seria Diretor Presidente da empresa, quando na verdade o cargo correto, ocupado por ele, é **Diretor Executivo**. Por conta desta falha, o balanço patrimonial da Krona Participações está sendo republicado nesta edição.

EM TODA SC
Ouça em
nsctotal.com.br



CBN
Joinville



CBN
Floripa

ESTUDO DE IMPACTO

ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA
IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS

Torna público que requereu à Secretaria de Pesquisa e Planejamento Urbano – SEPUR, a análise do Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV referente à Implantação de um Empreendimento de Uso Misto, a se localizar na Rua São Joaquim, nº 80, Centro, CEP: 89201-160, Joinville/SC, nos termos do Decreto Municipal nº 46.563/2022.

CBN
JOINVILLE
95.3
FM

nsc

nsc



COLLE
palace

NOTA: L'OPERA DI RESTAURO È IN CORSO E LE OPERAZIONI DI MONTAGGIO DELLE COPERTURE E DEI SISTEMI DI VENTILAZIONE MECCANICA SONO IN CORSO. LE OPERAZIONI DI MONTAGGIO DELLE COPERTURE E DEI SISTEMI DI VENTILAZIONE MECCANICA SONO IN CORSO. LE OPERAZIONI DI MONTAGGIO DELLE COPERTURE E DEI SISTEMI DI VENTILAZIONE MECCANICA SONO IN CORSO.



IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS
ESTE EMPREENDIMENTO É OBJETO DE ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO DE
VIZINHANÇA - EIV NA SECRETARIA DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO - SEPUR,
SOB O PROTOCOLO Nº 5007/2023, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 336,
DE 10 DE JUNHO DE 2011 E COM O DECRETO Nº 46.563, DE 08 DE MARÇO DE 2022.

O PROCESSO ESTÁ DISPONÍVEL PARA CONSULTA NO SITE DA PREFEITURA:

WWW.JOINVILLE.SC.GOV.BR

RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO EIV: ENGº CIVIL EDUARDO DIEGO ORSI - REG. CREA-SC Nº 145.007-8

IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS
ESTE EMPREENDIMENTO É OBJETO DE ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO DE
VIZINHANÇA - EIV NA SECRETARIA DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO - SEPUR,
SOB O PROTOCOLO Nº 5007/2023, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 336,
DE 10 DE JUNHO DE 2011 E COM O DECRETO Nº 46.563, DE 08 DE MARÇO DE 2022.

O PROCESSO ESTÁ DISPONÍVEL PARA CONSULTA NO SITE DA PREFEITURA:
WWW.JOINVILLE.SC.GOV.BR

RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO EIV: ENG.º CIVIL EDUARDO DIEGO ORSI - REG. CREA-SC Nº 145.007-8